

Significado, Contexto e Gramática

Pedro Santos
psantos@ualg.pt
Universidade do Algarve

1. Semântica e Pragmática

Não é polémica, hoje em dia, a identificação da semântica como uma das disciplinas basilares da linguística e, primariamente, como uma das componentes essenciais do conhecimento gramatical de um falante. A capacidade de produzir e compreender o significado de expressões linguísticas simples ou complexas e de derivar o das mais complexas do das mais simples, em geral composicionalmente, constitui um elemento reconhecidamente essencial da competência linguística e, nessa medida, um elemento essencial da gramática, entendida como o sistema de regras cujo domínio permite a um falante competente de uma língua L produzir e compreender correctamente sequências de L, bem como identificar correctamente sequências linguísticas possivelmente confundíveis com sequências de L, mas que o não são realmente.

Não é também polémica, hoje em dia, a identificação da pragmática como outra das disciplinas da linguística, aquela que estuda um conjunto de mecanismos de interacção comunicativa que permitem que um falante transmita mais do que aquilo que a frase ou frases que proferiu diz explicitamente e que um ouvinte seja capaz de identificar esse excedente de significado por meio da identificação das intenções comunicativas do falante. Está longe de ser consensual, porém, onde traçar a fronteira entre aquilo a que se poderia chamar, usando alguma liberdade expressiva, “competência pragmática” (o domínio desses mecanismos) e o conhecimento gramatical.

É necessário dizer, antes de mais, que as desconfianças não exactamente acerca do lugar da pragmática nos estudos linguísticos ou acerca da sua relação com o conhecimento gramatical, mas antes acerca da própria possibilidade de a

pragmática se constituir como disciplina sistemática têm algum peso histórico. Robyn Carston, no seu livro *Thoughts and Utterances*¹ descreve sucinta mas iluminantemente essa tendência como estando presente, com graus diversos de explicitude, em alguns autores consagrados, linguistas ou filósofos da linguagem, como N. Chomsky, D. Davidson e J. Fodor. Para Davidson, por exemplo, a interpretação de sequências linguísticas num contexto comunicativo convoca toda a rede de informação disponível ao intérprete, visto não haver, à partida, restrições que limitem o tipo de indícios contextualmente relevantes para aceder às intenções comunicativas do falante; estar-se-ia portanto no domínio de processos interpretativos insusceptíveis de sistematizar ou de explicar por meio de princípios gerais – acerca dos quais, portanto, hipóteses de análise testáveis empiricamente seriam impossíveis de formular. Em Chomsky, aparece frequentemente² uma ideia semelhante que podemos formular com um vocabulário ligeiramente diferente: a produção e interpretação de significados linguísticos em contexto constituem um fenómeno extra-gramatical e portanto tendencialmente descritível apenas nos seus aspectos mais genéricos, mas (de novo) insusceptível de ser analisada como um mecanismo de produção/ interpretação regido por princípios específicos e claramente formuláveis, rigorosamente testáveis e constitutivos de uma teoria.³

Em Fodor, a interpretação extra-semântica, aquela que apela para o processamento de informação contextual, é o resultado de mais do que a computação composicional dos significados de expressões linguísticas, sendo apenas de forma remota abrangida por restrições advindas de um sistema de regras específico como o que, argumentavelmente, produz a forma lógica de uma dada frase; não é automático, e não seria, na sua essência, replicável computacionalmente (referir-me-ei a este ponto na secção 4). Não seria também, crucialmente, descritível por meio de um conjunto de princípios gerais como os que dão forma às gramáticas das línguas que conhecemos ou, na hipótese arrojada de Fodor, à chamada “linguagem do pensamento”. Na influente acepção fodoriana do termo, não seria, portanto, “modular”.

Grice e, em particular, a sua teoria da implicatura conversacional teve, entre outros méritos assinaláveis, o de tornar evidente que esta concepção pessimista

¹ Na introdução.

² Veja-se, por exemplo, Chomsky (1992).

³ É no entanto importante fazer notar que o ponto de vista chomskiano acerca deste tópico é mais complexo do que a descrição acima poderia levar a crer, concedendo o autor explicitamente, por vezes, algum espaço para a noção de competência pragmática (veja-se, por exemplo, Stemmer 1999). Este ponto é realçado e discutido em Kasher (1991).

acerca da sistematicidade e da tractabilidade dos mecanismos pragmáticos é demasiado severa. O conceito griceano de implicatura conversacional ajuda-nos a compreender como certos conteúdos de significado implícitos são derivados, segundo certas regras (as “máximas conversacionais”), portanto de modo sistemático e não arbitrário, do conteúdo explícito de uma frase, tendo em conta informação contextual relevante. Por outro lado, tais características tornam razoável a ideia de que este tipo de fenómeno é sistematizável, teorizável e susceptível de ser analisado e explicado por teorias empiricamente testáveis. O Princípio de Cooperação de Grice e as máximas conversacionais a que ele o associou são exemplos típicos de hipóteses explicativas, integradas num sistema coerente, dos processos de produção e interpretação de significados em contexto. É certo que não se trata de sistemas de regras de dedução lógica, nem inferências como as que encontramos nas implicaturas conversacionais são *dedutivas* (são, manifestamente, canceláveis e, logo, de carácter não monotónico); mas é manifesto que se trata de processos interpretativos cuja ocorrência é evidência da existência de *regras* de inferência que, como outras, podem ser ou deixar de ser observadas por um ouvinte num dado contexto conversacional, com consequências diferentes para a correcção e para a proficiência com que a mensagem é entendida. E, em cada caso, as nossas hipóteses acerca do conteúdo dessas regras de inferência estarão em condições de ser testadas.

2. A Fronteira Semântica-Pragmática

Uma consequência das considerações anteriores parece evidente: a de que a fronteira entre semântica e pragmática, se quisermos traçar alguma, não pode ser traçada segundo um critério de tractabilidade teórica. É, por isso, pertinente discutir a questão de saber segundo que contornos e sob que restrições conceptuais e epistemológicas essa delimitação “territorial” poderá ser produtivamente efectuada. A semântica e a pragmática têm evoluído por caminhos próximos e algumas vezes entrecruzados – há até fenómenos linguísticos que não podem consensualmente ser classificados como pertencentes exclusivamente a uma das disciplinas (por exemplo, a pressuposição e a resolução de anáfora). Há ainda, reconhecidamente, fenómenos que tem sido apresentados (sobretudo recentemente, mas com base em pistas presentes na literatura desde há muito) como ilustrativos da confluência de processos de construção e descodificação de significados quer semânticos, quer pragmáticos (por exemplo, a atribuição de referentes a dêicticos e a identificação do domínio de quantificação dos

quantificadores). É um facto que, como se verá abaixo, algumas destas zonas de confluência são problemáticas para quem se proponha traçar criteriosamente a fronteira entre as duas disciplinas, quer no que diz respeito ao domínio de fenómenos abrangidos quer do ponto de vista puramente metodológico. No entanto, só por si, a existência de tais zonas de confluência não é suficiente, *a priori*, para mostrar que as duas disciplinas são, em aspectos essenciais, indistintas. Os praticantes de cada uma estarão, apesar delas, em condições de garantir que as suas análises e hipóteses explicativas gozam de algum grau de autonomia epistemológica. Terão de o fazer, aliás, se quiserem que elas assentem em alicerces teóricos e metodológicos sólidos. Que não haja consenso sobre quais possam ser esses critérios é um problema quer para semanticistas quer para pragmaticistas, mas não um problema para a autonomia das duas disciplinas enquanto tal⁴.

Uma formulação recente e particularmente clara daquilo a que se poderia chamar o ponto de vista tradicional acerca da fronteira entre a semântica e a pragmática é apresentada em King & Stanley 2005. Os aspectos fundamentais da concepção de semântica (e, por contraste, de pragmática) que podemos aí encontrar podem resumir-se na ideia de que o conteúdo semântico de uma frase e a sua estrutura sintáctica estão indissociavelmente ligados. Por um lado, considera-se que, onde haja uma componente de significado de uma elocução *E* de uma frase *f* que conte como *semântica*, tem de existir também um elemento sintáctico que seja o seu portador. Por outras palavras, qualquer componente semântica de uma frase tem de poder ser identificada com um elemento da estrutura sintáctica de *f*, ainda que esse elemento não seja visível a um nível de análise superficial, mas apenas, digamos, em Forma Lógica.⁵ Conversamente,

⁴ Como se torna evidente, esta é uma discussão substancial acerca das características de certos tipos de mecanismos de produção e descodificação de significados e não uma discussão meramente terminológica sobre o melhor modo de entender os termos “semântica” e “pragmática”. Diferentes autores, abraçando várias perspectivas sobre estas questões fronteiriças, põem ênfase neste ponto (veja-se, por exemplo, Salmon 2005, King & Stanley 2005 ou Recanatí 2004). Como se tornará claro no fim deste artigo, diferentes aceções dos termos estão associadas a diferentes perspectivas sobre o tema, mas estão-no apenas no sentido em que a opção por uma perspectiva determina a aceção a privilegiar (e não vice-versa).

⁵ Esta ideia encontrou uma influente sistematização em Stanley (2000), onde o autor apresenta o seu célebre “binding criterion”. A proposta de Stanley centra-se em argumentos tendentes a mostrar que a dependência do contexto típica do modo como expressões quantitativas seleccionam domínios de quantificação está associada a um elemento na forma lógica das expressões nominais correspondentes, o qual argumentavelmente apresenta um comportamento típico de uma variável ligada – sendo portanto esses casos entendidos como casos de deixis.

argumenta-se também que, onde haja um elemento sintáctico de uma frase f (de novo, não precisa de ser lexicalizado), o processo através do qual f é atribuído um significado conta como semântico, ainda que a sua identificação requeira, em alguma medida, a detecção das intenções comunicativas do falante que proferiu F .

Esta concepção conservadora explora uma ideia um tanto idílica dos objectivos de uma teoria semântica das línguas naturais. Segundo essa ideia, supõe-se que uma tal teoria explique a atribuição de significados a expressões linguísticas sintacticamente simples e, apelando a mecanismos composicionais, também a expressões sintacticamente complexas. É verdade que, uma vez que as línguas naturais são, reconhecidamente, linguagens deícticas⁶, o objectivo de atribuir um conteúdo verocondicional a cada *frase-tipo* seria absurdo. Pelo contrário, considera-se que a semântica (como é já evidente na Gramática de Montague) tem por objectivo atribuir conteúdos de significado a frases *relativamente a contextos de elocução*, i.e. relativamente aos parâmetros contextuais relevantes para atribuir um referente a cada expressão deíctica. Em resumo, é suposto que a semântica dê conta da atribuição a uma expressão linguística do seu significado contextualmente invariável, bem como o seu conteúdo referencial contextualmente variável, no caso de expressões deícticas, permitindo a intervenção, para este último efeito, de alguma informação extralinguística (como por exemplo relativa à identificação do falante, da audiência, do lugar ou do tempo da elocução). Alguma dessa informação contextual apela para factores intencionais: para mencionar apenas um caso particularmente óbvio, o mecanismo subjacente à determinação do referente de um demonstrativo é claramente dependente, em parte, daquilo a que alguns autores chamam as intenções referenciais do falante; e a audiência identificará correctamente o referente desse demonstrativo apenas se for capaz de identificar correctamente essas intenções.

Estas inferências de carácter intencional intervenientes na determinação do conteúdo semântico de uma frase/elocução são identificadas, em King & Stanley 2005, com “efeitos pragmáticos fracos”, por oposição aos “efeitos pragmáticos fortes” tipicamente observáveis em casos como os de implicaturas conversacionais, e que se caracterizam (não só as implicaturas *a particularizadas*, mas também as *generalizadas*) por ser, em grande medida, independentes do

⁶ Traduzo com este termo o termo inglês “indexical”, seguindo alguma prática corrente, por muito que eles não sejam extensionalmente equivalentes.

conteúdo linguístico de uma frase. Assim, de acordo com esta concepção, é ainda a semântica que dá conta do papel das intenções do falante na determinação do referente de uma expressão deíctica, apesar de o mecanismo por meio do qual essa determinação é efectuada contar apenas como “fracamente pragmático”: é pragmático porque apela para um processo inferencial que permite ao ouvinte detectar as intenções do falante, mas é-o apenas de modo “fraco”, uma vez que é desencadeado a partir da informação codificada linguisticamente e é, portanto, uma parte essencial do processo composicional que produz o significado literal da frase. Na determinação do conteúdo literal de uma frase, as intenções comunicativas do falante intervêm apenas, portanto, na medida em que o *significado linguístico* exige que elas intervenham. De acordo com King e Stanley, este é o traço distintivo dos mecanismos semânticos de produção e interpretação de significado; nesta acepção, portanto, mecanismos “fracamente pragmáticos” de atribuição de significado (para além dos subjacentes à identificação dos referentes dos deícticos tradicionais, são também por vezes aceites aqueles que seleccionam os domínios de quantificação dos quantificadores – ver nota 5) são na verdade mecanismos essencialmente semânticos, como o são as componentes de significado correspondentes.

Por contraste, uma componente de significado (de uma elocução de uma frase *f*) é pragmática “de pleno direito” se for resultante de mecanismos “fortemente pragmáticos”, ou seja, se não for resultante da interpretação de um elemento da estrutura sintáctica de *F*. É assim feita uma distinção clara entre, por um lado, mecanismos fracamente pragmáticos e, por exemplo, o modo como as implicaturas conversacionais são geradas pela intervenção de princípios de interacção comunicativa.

Esta maneira de organizar conceptualmente a relação entre significados semânticos e pragmáticos reserva ao semanticista a tarefa de dar conta da criatividade e da produtividade do conhecimento linguístico de um falante no que diz respeito ao significado – i.e. da capacidade que os seres humanos têm de produzir e compreender frases que nunca encontraram na sua vida linguística anterior, as quais, como se sabe, são em número potencialmente infinito. É que, subjacente a essa capacidade está uma componente essencial daquilo a que podemos chamar a competência semântica de um falante a que, de passagem, já me referi antes: o domínio de um mecanismo composicional de geração e interpretação de significados de expressões complexas a partir do significado das suas expressões componentes. Um tal mecanismo poderia de facto ser aprendido de uma maneira condicente com a rapidez, a eficácia e a regularidade com que uma criança, comprovadamente, desenvolve a

capacidade de lidar com os significados de expressões complexas novas; sem postulá-lo, a criatividade semântica dos falantes das línguas naturais deixaria de poder ser explicada, pelo menos de maneira óbvia⁷. Os significados de expressões deícticas podem, portanto, deste ponto de vista, ser comodamente arrumados no “compartimento” dos significados gerados (e descodificados) composicionalmente, na exacta medida em que resultam da acção de mecanismos apenas fracamente pragmáticos. Se, na nossa descrição, permitíssemos que processos genuinamente (i.e. “fortemente”) pragmáticos interferissem na acção deste mecanismo, argumentam King e Stanley, ele não seria então um mecanismo estritamente composicional. O processo de interpretação de significados fráscicos, em particular, deixaria de poder estar vinculado a um módulo autónomo da gramática, o da semântica, entendida aqui como sistematização da competência linguística de um falante na produção e interpretação de significados linguísticos e não poderia, portanto, desempenhar o papel central que seria desejável atribuir-lhe em qualquer teoria explicativa aceitável desse tipo de competência. Parece portanto existir motivação teórica para considerar os mecanismos de atribuição de significados mencionados acima como essencialmente semânticos, apesar de eles apresentarem um conjunto de características que poderiam, se fôssemos insensíveis a estas preocupações explicativas, levar-nos a classificá-los como pragmáticos. Esta é, poderia dizer-se, a prática mais comum num semanticista formal que pretenda preservar o poder explicativo da sua disciplina e, simultaneamente, garantir que o seu raio de acção empírico não seja drasticamente diminuído, permitindo-nos continuar a descrevê-la como a disciplina que formaliza as condições de verdade literais das frases das línguas naturais – para o que, dada a omnipresença da deixis nas línguas naturais, é necessário admitir a intervenção de alguns factores contextuais.

Se esta concepção geral do papel da semântica puder ser aceite, ela traz duas vantagens óbvias. Do ponto de vista metodológico, legitima a adopção, por parte do semanticista, de estratégias heurísticas de detecção de significados literais que tenham em conta, sobretudo, propriedades da *frase* e não tanto propriedades da *elocução da frase*. Do ponto de vista teórico e fundacional, garante que a semântica desempenha um papel substancial, bem definido e autónomo na investigação dos princípios através dos quais as línguas naturais exprimem significados podendo, vale a pena enfatizar, ser feita corresponder a um módulo da gramática.

⁷ Este ponto é enfatizado em Larson e Segal (1995) (ver sobretudo a introdução).

Estabelece-se assim, de modo considerado sistemático e fundamentado, quer do ponto de vista conceptual quer do ponto de vista empírico, uma distinção clara entre semântica e pragmática. Com efeito, se existe uma linha de demarcação entre as duas disciplinas, faz sentido que ela seja traçada a partir da distinção entre o potencial de significado de uma expressão *e*, abstraindo de quaisquer contextos de uso, e o potencial de significado de *e* enquanto usada por um locutor num contexto comunicativo. Associadamente, estabelece-se deste modo também uma distinção entre a competência semântica, que inclui a capacidade de atribuir/reconhecer conteúdos verocondicionais a frases, com base em regras composicionais, e a “competência pragmática”, i.e. a capacidade de realizar correctamente inferências acerca dos objectivos comunicativos, mais ou menos explícitos, mais ou menos idiossincráticos, dos locutores num dado contexto de elocução. As componentes de significado que têm sido objecto de discussão quanto ao seu estatuto de componentes verocondicionais (para além dos já mencionados domínios de quantificação de quantificadores, os critérios de aplicação de adjectivos gradativos⁸, os referentes de descrições definidas em uso referencial, o conteúdo descritivo de nomes em contextos intensionais, a conexão entre a antecedente e a conseqüente de uma condicional, entre outros) podem, de acordo com esta perspectiva, ser com segurança classificadas ou como semânticas ou como pragmáticas, de acordo com o modo como se comportam relativamente a este critério – i.e. consoante resultem da acção de efeitos fraca ou fortemente pragmáticos. Sem dúvida que alguns dos mecanismos de atribuição de significados que vêm deste modo a ser classificados como semânticos apelam em alguma medida para princípios de interacção verbal – mas, de novo, defende-se que apenas o fazem mitigadamente ou “fracamente”. Pertencem, por isso, deste ponto de vista, ao lado semântico da fronteira. Deste procedimento de delimitação territorial, resultará certamente a identificação de casos-fronteira (a pressuposição e a resolução de anáfora, de novo, são casos típicos). Mas isto

⁸ Este último caso tem recentemente recebido bastante atenção na literatura. Adjectivos como “alto”, “gordo” ou “vermelho”, por exemplo, são exemplos de itens linguísticos cujo significado lexical convoca, em diferentes contextos, diferentes critérios de aplicação (por exemplo, alto para jogador de voleibol vs alto para criança de oito anos), determinando assim, contextualmente, diferentes classes de comparação para cada indivíduo considerado e, logo, diferentes condições de verdade e diferentes conteúdos proposicionais para uma mesma frase, quando considerada em diferentes contextos. Deste ponto de vista, estes seriam, de novo, casos de deixis, e portanto integráveis não problemáticamente no território da semântica. Esta visão “contextualista” acerca de adjectivos gradativos tem, porém, sido contestada. Para uma discussão detalhada dos argumentos de ambos os lados ver, entre outros trabalhos menos recentes, Hawthorne 2007 e Rothschild e Segal (2009).

apenas mostra que a fronteira entre semântica e pragmática é em algumas zonas difusa – algo que qualquer teoria acerca dos referidos fenómenos terá, em todo o caso, de prever se não quiser ser acusada de perverter a evidência empírica.

3. Uma perspectiva “dinâmica”

Nesta descrição dos pressupostos fundacionais da semântica formal ignorei deliberadamente abordagens de pendor “dinâmico” como, entre outras, a Discourse Representation Theory ou DRT ou a File Change Semantics de Heim, que apresentam características distintas das descritas até agora. A DRT, em particular, é conhecida pelo seu tratamento inovador das expressões nominais indefinidas, da anáfora (incluindo a anáfora discursiva) e da relação entre quantificação universal, SNs indefinidos e frases condicionais (com consequências célebres no tratamento das *donkey sentences*). O epíteto “dinâmico” advém sobretudo do facto de a teoria encarar o valor semântico de um fragmento de discurso segundo o papel que desempenha na extensão do *stock* de informação que lhe está associado, determinando as condições de adequação dessa extensão – daí a DRT, como outras concepções do mesmo pendor, encarar o significado de uma frase *fnão* tanto como significado verocondicional “estático” mas, “dinamicamente”, como o potencial de mudança de contexto que apresenta. Tecnicamente, isto é conseguido por meio de funções de atribuição de valores aos vários elementos, designadamente variáveis, ou “referentes discursivos”, contidos numa dada estrutura de representação discursiva (ERD, DRS no original), funções essas que podem ser expandidas de modo a validar uma nova e mais complexa ERD, correspondente à integração de um fragmento de discurso adicional. Crucialmente, a informação contida numa tal representação discursiva não tem de ser exclusivamente linguística, sendo em parte resultante daquilo a que é usual chamar conhecimento do mundo, podendo também ser relativa à situação de elocução e, muito em particular, às intenções comunicativas do locutor. Genericamente, abordagens como a DRT podem ser vistas como sistematizando o modo como cada fragmento de discurso acrescenta informação àquilo a que Stalnaker chamou o “common ground” de uma asserção, i.e. ao conjunto de pressupostos comuns aos participantes em cada situação de elocução. Neste sentido, pode dizer-se que, como outras abordagens “dinâmicas” em semântica formal, introduz, de modo formalmente sólido e empiricamente fundamentado, a intervenção de factores pragmáticos e, especificamente (usando a terminologia de King e Stanley), de factores *fortemente* pragmáticos. Por outras

palavras, a DRT apresenta uma assinalável permissividade relativamente ao tipo de *input* pragmático que admite numa ERD. Se se quiser que uma representação discursiva dê conta do conteúdo *literal* de cada fragmento de discurso, i.e. das condições de adequação ou de verdade a ele associadas⁹, ela poderá incluir alguns conteúdos de significado de carácter pragmático, excluindo, evidentemente, elementos interpretáveis como implicaturas conversacionais associadas a esse fragmento. Mas onde traçar a fronteira entre o tipo de informação pragmática que deve ser tida em conta numa ERD e a que deve ser excluída? Apesar de a resposta não ser, evidentemente, trivial, esta é uma questão que não pode ser iludida. No entanto, as análises inspiradas nos pressupostos teóricos da DRT (tal como expostos em Kamp & Reyle 1993) caracterizam-se, tipicamente, por ser omissas acerca dos critérios razoáveis subjacentes ao estabelecimento da fronteira entre significados literais e implícitos (como por exemplo os advindos de implicaturas conversacionais); e, sendo omissas, estão comprometidas com a assimilação de um tipo de significado ao outro. No entanto, essa é uma fronteira que, a não ser que tenhamos boas razões para recusar o essencial do trabalho pioneiro de Grice sobre o tema, queremos preservar. É um facto que, sendo inovadora em alguns aspectos criticáveis de abordagens anteriores em semântica formal, a DRT, como outras abordagens dinâmicas¹⁰, dá, de modo empiricamente motivado, espaço a factores pragmáticos na formalização do significado literal. Todavia, do ponto de vista fundacional, e porque não delimita suficientemente esse espaço, acrescenta pouco, do ponto de vista teórico, à discussão sobre a fronteira semântica/pragmática.

4. Vulnerabilidades da concepção tradicional

Apesar do seu *pedigree* teórico e do seu lastro histórico (se assim se pode dizer), a concepção da fronteira semântica/pragmática descrita na secção 2 apresenta, argumentavelmente, desvantagens sérias. Referir-me-ei a duas das mais importantes. A primeira tem sido apontada por diversos autores e, de modo particularmente incisivo, por Emma Borg.¹¹ Resumidamente, a crítica

⁹ Estou aqui a usar a noção de significado literal proposta em Recanati (2004). Esta noção vai ser importante também para a última secção deste artigo.

¹⁰ Veja-se Dekker (1993) para uma panorâmica das várias propostas nessa linha.

¹¹ Ver, por exemplo, Borg (2004).

de Borg versa a questão da modularidade da semântica: a autora defende que a semântica formal só pode encarar a capacidade humana de atribuir significados a expressões linguísticas de modo autónomo, como um módulo específico da competência linguística geral, se excluir o tratamento de quaisquer componentes de significado linguístico que convoquem, mesmo que secundariamente, factores pragmáticos. Na terminologia de Borg, qualquer perspectiva semântica que dê conta da sua modularidade tem de ser “mínima” (daí a noção de “semântica mínima” que dá o título ao seu livro). Tomando como boa, com Borg, a noção de modularidade proposta por Fodor¹², dir-se-á que um módulo (por exemplo) da cognição humana se caracteriza por ser uma unidade de processamento de informação vocacionada para o desempenho de uma tarefa específica que contribui, juntamente com outros módulos, para o funcionamento eficiente de um sistema cognitivo que os articule a todos. Aplicando esta noção geral à capacidade de processar significados linguísticos, dir-se-á que essa capacidade constitui um módulo da competência linguística dos falantes se for constituída por mecanismos de atribuição de significados a expressões de uma língua natural que sejam autónomos e computacionalmente replicáveis, o que implica a existência de um conjunto discreto de conteúdos de significado e de regras que operam sobre eles. Se, como parece ser um pressuposto da semântica formal, a competência semântica de um ser humano pode ser vista deste modo, então, argumenta Borg, essa competência não pode incluir mecanismos de atribuição de significados a expressões linguísticas que dependam, mesmo que secundariamente, das intenções comunicativas dos locutores e, mais em geral, de características específicas dos contextos de elocução. Qualquer concepção de semântica que preveja essa inclusão deixaria contaminar a análise da competência semântica dos falantes com a descrição de processos interpretativos genuinamente pragmáticos.

Por que razão é esta hibridez teórica indesejável, e porque é a premissa da modularidade credível? Borg aponta duas razões básicas para que nenhum semantista deva conceber a sua disciplina desse modo híbrido, correspondendo a duas características básicas da competência semântica: a produtividade (a capacidade de produzir e compreender sequências novas) e aquilo a que Borg chama sistematicidade (a capacidade de atribuir significados a sequências complexas –designadamente frases – em função dos significados atribuídos às suas partes componentes. Estas duas características estão, de

¹² Veja-se, por exemplo, Fodor (1983).

modo bastante óbvio, relacionadas com a composicionalidade do significado linguístico, que Borg assume como premissa básica. A autora faz então notar que, se a competência semântica tem estas características e tem, portanto, um funcionamento modular, então opera apenas com significados linguisticamente codificados e não admite sequer a intervenção do tipo de factores a que King e Stanley chamam “fracamente pragmáticos”¹³.

O corolário destas considerações é, como faz notar Borg, o de que a semântica tem de ser “minimalista”. Por outras palavras, tem de deixar de fora muito, talvez a maior parte, daquilo que as intuições de falantes, linguistas e filósofos da linguagem tradicionalmente têm tomado como parte integrante da competência semântica dos seres humanos – a capacidade de atribuir significados proposicionais a frases declarativas das línguas naturais, correspondentes a proposições plenas, avaliáveis quanto à sua veracidade. De facto, como é possível verificar a partir de muitos dos casos mencionados acima, essa atribuição convoca necessariamente componentes de significado pragmático, mesmo que parcialmente advindo de codificação linguística – o que, do ponto de vista minimalista, é inaceitável. Desse ponto de vista, portanto, nem a concepção tradicional nem as abordagens dinâmicas em semântica preenchem requisitos formais e teóricos mínimos¹⁴.

A ideia de que a semântica não tenha por objecto de estudo o conteúdo proposicional literal (mas algo mais básico) é, evidentemente, radical, em pelo menos dois sentidos. Em primeiro lugar, é-o porque resulta da imposição aos praticantes da disciplina restrições formais extraordinariamente exigentes, muito mais austeras do que é possível observar na prática do semanticista típico. Em segundo lugar porque, em consequência disso, reduz a abrangência empírica da disciplina desprovido-a de uma parte essencial do conteúdo empírico (os conteúdos *proposicionais* literais) que tem sido o objecto do interesse e da motivação subjacente à investigação dos semanticistas formais.

É inegável que concepção tradicional de semântica define um domínio de investigação suficientemente coeso para identificar uma disciplina que, *a priori*, pelo menos do ponto de vista do seu objecto de estudo, goza de autonomia epistemológica: justamente, a investigação da capacidade de atribuir significados literais às frases das línguas naturais, enquanto contrastada com a capacidade de deles derivar significados secundários, implícitos, não determinadores das

¹³ Uma versão mais sucinta deste argumento pode encontrar-se em Borg (2007).

¹⁴ A proposta de Borg vai portanto bastante além das habituais críticas às abordagens dinâmicas fundadas na sua dificuldade em lidar com a composicionalidade.

condições de verdade das frases envolvidas em cada sequência discursiva, mas antes das suas condições de *asseribilidade*. Como se viu, dada a evidência de que a esfera do conteúdo literal está contaminada com significado pragmático, esta concepção tradicional apresenta-se, *a posteriori*, como problemática. A crítica “minimalista” de Borg consiste, então, em fazer notar que essa concepção não faz justiça a requisitos formais como o da modularidade e, associadamente, o da composicionalidade, que a teorização semântica terá, segundo esses pressupostos minimalistas, de respeitar. A semântica correctamente concebida deixa, deste ponto de vista, de ser a teoria do significado não implicitado para ser, mais modestamente, a teoria do significado linguisticamente codificado. Uma vez desfeita a identidade, cultivada tradicionalmente, entre entres dois tipos de significado, o argumento de Borg implica que a semântica tenha de optar pelo segundo. Esta visão radicalmente restritiva é certamente desconfortável para a maioria dos semanticistas. Será ela irrefutável?

5. Uma questão de ambiguidade

O problema detectado por Borg pode ser formulado de modo mais geral. De facto, da discussão anterior fica visível que a premissa problemática da concepção tradicional é a equiparação que estabelece entre conteúdo semântico e conteúdo verocondicional literal. Essa equiparação é sugestiva, iluminadora e teoricamente substancial – mas, por isso mesmo, não pode ser tomada como evidente em si mesma. Como o argumento de Borg e um sem número de críticas recentes¹⁵ fazem concluir, ela unifica ou, mais exactamente, confunde duas distinções e dois critérios de classificação de componentes de significado atribuíveis a expressões de uma língua natural. Segundo um dos critérios, uma componente de significado é semântica na medida em que seja directamente imputável ao significado convencional de um constituinte, simples ou complexo, lexicalizado ou não, componente de uma frase *f*. Segundo o outro critério, é semântica (em particular, tratando-se de componentes *proposicionais*) na medida em que corresponda ao conteúdo literal, não implicitado de *f*, i.e. na medida em que corresponda ao conteúdo proposicional mais básico susceptível de ser avaliado quanto a veracidade ou falsidade). Assim, por um lado, temos

¹⁵ Vejam-se sobretudo os trabalhos de pendor “contextualista” de, entre outros, Recanati e Carston.

a distinção entre significado convencional e significado não convencional; por outro, a distinção entre significado literal e significado implicitado, em particular conversacionalmente implicitado (para usar a terminologia consagrada de Grice). Por princípio, não é metodologicamente aconselhável estabelecer uma das distinções usando o critério apropriado para estabelecer a outra. Por exemplo: não é metodologicamente aconselhável argumentar que, dado que uma componente de significado não tem carácter estritamente convencional, por resultar da intervenção de factores intencionais, não pertence ou não se identifica com a proposição literalmente expressa pela (elocução de uma dada) frase, devendo ser descrita como uma implicatura conversacional¹⁶. Conversamente, não é legítimo argumentar que, porque uma componente de significado pertence ao território dos significados proposicionais literais, então é, na sua totalidade, codificada linguisticamente¹⁷.

Em ambos os tipos de casos, é possível verificar a existência de conteúdos de significado que são simultaneamente vericonditionais e de natureza pragmática, pelo menos se entendermos o termo “pragmática” na sua acepção corrente (aquela que tem vindo a ser pressuposta ao longo deste artigo), e não particularmente comprometida teoricamente, de *significado inferível de acordo com as intenções comunicativas do falante*. O problema da concepção de semântica (e, por contraste, de pragmática) que descrevi na secção 2 é que tipicamente presume que as duas acepções de “semântica” descritas acima são extensionalmente equivalentes, i.e. que o termo “semântica” se aplica indistintamente a qualquer componente de significado que satisfaça qualquer um dos dois critérios mencionados. Mas, de facto, como se viu, a satisfação de um dos critérios está longe de implicar a satisfação do outro; a tese de que as duas acepções de “semântica” identificam o mesmo conjunto de competências de atribuição de significados e o mesmo conjunto de fenómenos não pode, portanto,

¹⁶ Vejam-se, de novo, os casos da selecção de domínios de quantificação, dos critérios de aplicação de adjectivos gradativos e casos como “A Joana está preparada” (para sair vs para receber as más notícias) ou “Já tomei o pequeno-almoço (hoje vs pelo menos uma vez na vida). Em todos estes casos, a informação adicional fornecida pelos diferentes contextos de elocução, e reconstituível pragmaticamente, faz argumentavelmente parte da proposição literalmente expressa por cada um dos enunciados (em vez de ser derivada, por implicatura conversacional, de uma hipotética – e inacessível aos falantes – proposição literal mais básica).

¹⁷ De novo, considere-se o caso particularmente óbvio dos demonstrativos: a identificação do referente de um demonstrativo *d* resulta de um processo inferencial realizado em contexto (não resultando de mera descodificação lexical), mas esse referente não deixa de, consensualmente, se identificar com o significado verocondicional literal de *d* (i.e. com o contributo que *d* faz para o conteúdo verocondicional literal da frase em que ocorre).

ser tomada como um axioma. Como se viu, não só essa tese não é óbvia, como é falsa. Quando se trata de teoria (linguística ou não), a ambiguidade dos termos usados para descrever um fenómeno ou domínio de fenómenos não costuma ser uma vantagem. Neste caso, manifestamente, não é.

Argumentos da forma “não semântico, logo não-literal” correspondem, portanto, a uma das formas deste uso ambíguo do termo “semântica”. Aceitar este tipo de argumento equivale a tomar como bom o raciocínio de que uma dada componente de significado *S* de uma frase *f* (por exemplo, as restrições contextuais associadas à interpretação de uma elocução de “já tomei o pequeno almoço”¹⁸) não é parte do (ou é idêntica ao) conteúdo vericondicional literal da elocução *E* de *f* (e, logo, não é parte do seu conteúdo semântico, *na segunda aceção do termo*) **porque** é fortemente determinada por mecanismos de interacção verbal e é fortemente dependente das intenções do locutor, das expectativas mútuas de locutor e alocutário, entre outros factores contextuais consensualmente classificáveis como pragmáticos (e, logo, não semânticos *na primeira aceção do termo*). Por outras palavras, equivale a adoptar a tese de que *S* não corresponde ao, ou a parte de, conteúdo literal de *f* porque depende desse tipo de factores num grau mais alto ou em maior medida do que aquelas componentes de significado (associadas a alguns deícticos, por exemplo) que seriam, na terminologia de King & Stanley (2005), classificadas como fracamente pragmáticas (concedendo, evidentemente, a King e Stanley uma visão mais permissiva do que a defendida por Borg). Mas o raciocínio em que se baseia essa tese é, evidentemente, falacioso. Pois do facto de *S* não ser semântica na primeira aceção do termo (i.e. de ter uma relação apenas remota com o significado convencional) não se segue que não seja semântica na segunda aceção. Por outras palavras, pode, apesar disso, ser parte do ou coincidir com o significado literal (i.e. não implícito) de *S*. Argumentavelmente, é justamente isso que vemos nos casos já mencionados da determinação do domínio de quantificação de um quantificador nominal como “alguns”, de quantificação temporal associada ao advérbio “já” em “já tomei o pequeno-almoço”, ou da identificação da classe de comparação de um adjectivo gradativo como “alto”.

Uma pergunta pertinente nesta altura é a de saber que relação é razoável entre semântica e gramática. Com efeito, um corolário directo das considerações anteriores é o de que a capacidade que os falantes têm de usar as línguas naturais para descrever a realidade, representar estados de coisas e exprimir conteúdos

¹⁸ Veja-se a nota 16.

proposicionais completos tem um carácter extragramatical. Por muito que a descrição e a sistematização dessa capacidade tenha sido tradicionalmente reservada à semântica, ela não pode ser vista (se Borg tiver razão) como dizendo respeito à competência semântica, a uma componente *modular* da competência linguística dos falantes – a um módulo da gramática, portanto. Apenas a concepção “minimalista” de semântica terá essa possibilidade. O facto de essa concepção (*grosso modo*, coincidente com a interpretação do termo “semântica” segundo a primeira das acepções descritas acima) ser relativamente modesta no grau de abrangência empírica é, evidentemente, problemático para quem pretenda estabelecer uma relação mais substancial entre semântica e gramática¹⁹.

A discussão anterior sugere que um investigador (chamemos-lhe semanticista) que se interesse pela sistematização da relação entre a língua natural e a realidade extralinguística tem de ser um semanticista não só na primeira, mas também na segunda acepção do termo – ou seja, alguém que tenha por tarefa estudar os mecanismos de atribuição de significados literais às expressões das línguas naturais, incluindo frases declarativas, independentemente de eles convocarem, para além do contributo do significado codificado linguisticamente, também o do significado pragmático. A consequência óbvia disto é o esbatimento da fronteira entre a semântica, entendida desse modo mais abrangente, e a pragmática, tal como descrita acima, com implicações que não posso discutir nesta ocasião²⁰. Muitos semanticistas considerarão certamente este um resultado incómodo, e talvez mesmo inaceitável. Ele decorre, todavia, da manifesta versatilidade das competências convocadas pela capacidade humana de, fazendo afirmações e exprimindo proposições, representar a realidade linguisticamente e parece, portanto, inevitável.

¹⁹ Embora seja necessário reconhecer a possibilidade da extensão (bastante heterodoxa) do conceito de gramática de modo a dar conta da competência inferencial típica dos mecanismos interpretativos pragmáticos, quer digam respeito à identificação de conteúdos literais quer de conteúdos implícitos. A Relevance Theory (de Sperber e Wilson), nomeadamente na versão recente que podemos encontrar em Carston (2002), dá um importante contributo para tornar esta hipótese credível. Devido a limitações de espaço, não a discuto aqui.

²⁰ O referido esbatimento da fronteira semântica/pragmática é hoje objecto de uma intensa discussão em que intervêm praticantes de ambas as áreas e filósofos da linguagem. Veja-se por exemplo, a excelente colectânea Szabo (2005).

Referências

- Borg , E. 2004. *Minimal Semantics*. Oxford: Oxford University Press.
- Borg , E. 2007. Minimalism versus Contextualism in Semantics (2007). In G. Preyer and G. Peter (eds) *Context Sensitivity and Semantic Minimalism : Essays on Semantics and Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 546-571.
- Carston. R. 2002. *Thoughts and Utterances*. Oxford: Blackwell.
- Chomsky, N. 1992. Language and Interpretation: Philosophical Reflections and Empirical Inquiry. In Chomsky, N. (2000) *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 46-74.
- Dekker, P. 1993 *Transsentential Meditations. Ups and Downs in Dynamic Semantics*. PhD Thesis, Univ. Amsterdam.
- Hawthorne, J. 2007. Context-Dependency and Comparative Adjectives. *Analysis* 67:195–204.
- Kamp, H. e Reyle, U. 1993. *From Discourse to Logic*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Kasher, A. 1991. Pragmatics and Chomsky's Research Program. In Kasher, A. (ed). *The Chomskyan Turn*. Oxford: Basil Blackwell, 122-149.
- King, J. e Stanley, J. 2005. Semantics, Pragmatics and the Role of Semantic Content. In Szabo, Z (ed.), 111-64.
- Larson , R. e Segal, G. 1995. *Knowledge of Meaning*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Recanati, F. 2004. *Literal Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rothschild, D.; Segal, G. 2009. Indexical Predicates. *Mind and Language* 24 (4):467-493
- Salmon, N. 2005. Two Conceptions of Semantics. In Szabo, Z (ed.), 317-28.
- Stanley, J. 2000. Context and Logical Form. *Linguistics and Philosophy*. 23: 391-434.
- Stemmer, B. 1999. An On-Line Interview with Noam Chomsky: On the Nature of Pragmatics and Related Issues. *Brain and Language*. 68, 3: 393-401.
- Szabo, Z. (ed.) 2005. *Semantics vs Pragmatics*. Oxford: Clarendon Press.

Pedro Santos